



**ACÓRDÃO Nº2241/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11444/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Jociane Siqueira Carneiro (Ordenador de Despesa), Jose Mario Trindade Carneiro (Ordenador de Despesa), Jose Arinos da Cruz Gloria (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Ana Lucia Salazar de Souza OAB/AM 7173, Francisco Rodrigues de Menezes e Silva OAB/AM 9771.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 413/2021/MP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha. Exercício de 2016.

*Quitação. Regularidade. Regularidade com ressalvas. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **José Arinos da Cruz Gloria**, Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha e Ordenador de Despesas, no período de 23.12.2016 a 31.12.2016, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **José Mário Trindade Carneiro**, Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 31.05.2016, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.



**ACÓRDÃO Nº2241/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade da Senhora **Jociane Siqueira Carneiro**, Diretora-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha e Ordenadora de Despesas, no período de 01.06.2016 a 23.12.2016, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **José Arinos da Cruz Gloria**, Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 31.05.2016, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE
- 10.5. Dar quitação** ao Senhor **José Mário Trindade Carneiro**, Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 31.05.2016, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** à Senhora **Jociane Siqueira Carneiro**, Diretora-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha e Ordenadora de Despesas, no período de 01.06.2016 a 23.12.2016, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.7.1.** Balancetes mensais, via sistema e-Contas, FORA do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;
- 10.7.2.** Ausência da Certidão do INSS, Certidão do FGTS, Certidão da Fazenda Estadual e Certidão da Fazenda Federal (art. 195, § 3º da CF/88 c/c art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93);
- 10.7.3.** Indícios de fragmentação de despesas nas compras de produtos da mesma natureza, adquiridas na modalidade de Convite, as quais poderiam ter sido realizadas em uma única vez, contrariando o art. 23, § 1º, § 2º, § 5º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;



**ACÓRDÃO Nº2241/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.7.4.** Indícios de fragmentação de despesas na prestação de serviços com aluguel de lancha para o Fundo Municipal de Saúde, por meio de Dispensa de Licitação, as quais poderiam ter sido realizadas em uma única vez, contrariando o art. 23, § 1º, § 2º, § 5º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

**10.7.5.** Ausência de procedimento licitatório, dispensa e inexigibilidade (artigos 2º, 24 e 25 da Lei nº 8.666/93), para contratação de empresa cujo objeto é serviços prestados de assessoria jurídica para o Fundo Municipal de Saúde;

**10.7.6.** Ausência do Projeto Básico detalhando de forma clara e suscita do objeto a ser contratado (art. 7, inciso I, da Lei nº 8.666/93) e quais os serviços realizados pelo contratado (comprovar);

**10.7.7.** Ausência na sede do Fundo Municipal de Saúde das Dispensas de Licitações, em desacordo com o que estabelece a Decisão Plenária datada de 07/03/1996 e a Decisão Administrativa nº 63/2017, do Tribunal Pleno, as quais determinam que os documentos pertencentes as Contas Gerais, devem estar na sede da Comuna quando da realização da Inspeção "in loco" do Tribunal de Contas;

**10.7.8.** Ausência de recolhimento das consignações registradas no Demonstrativo da Dívida Flutuante, anexo 17, conforme demonstrativo abaixo, fato que contaria o art. 40 da CF/88.

**10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

*Vencido o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator Dr. Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela regularidade das contas do Sr. José Arinos da Cruz Gloria, com quitação; e irregularidade das contas dos Srs. José Mario Trindade Carneiro (no período de 01.01.2016 a 31.05.2016) e Jociane Siqueira Carneiro (no período de 01.06.2016 a 23.12.2016), com multas, alcance, determinações e arquivamento.*

**11- Ata:** 46ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de dezembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara



**ACÓRDÃO Nº2241/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Redatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral